



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Para Estudar o Fascismo: uma reflexão a partir do desenvolvimento moral

Raquel dos Santos Candido da Silva

SILVA, R. S. C. Para Estudar o Fascismo: uma reflexão a partir do desenvolvimento moral. *In*: BATAGLIA, P. U. R.; ALVES, C. P.; PARENTE, E. M. P. P. R. **Estudos sobre competência moral**: propostas e dilemas para discussão. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 127-146. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p127-146>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

**PARA ESTUDAR O FASCISMO:
UMA REFLEXÃO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO
MORAL**

Raquel dos Santos Candido da Silva

Introdução

A Teoria Crítica, corrente teórica nascida durante o século XX em Frankfurt, Alemanha, encontra entre seus principais expoentes Theodor W. Adorno (1903-1969), que em suas reflexões, parte ao encontro da crítica necessária ao pensamento comprometido com a desfetichização da realidade. Neste artigo, pretendemos refletir inicialmente acerca de como o pensamento de Theodor W. Adorno, poderiam nos permitir compreender o desenvolvimento do homem autoritário, como manifestação de um fenômeno atual que é extremamente retrógrado e prejudicial à democracia. Feito isso, traremos a contribuição das reflexões de Georg Lind, pesquisador contemporâneo da Universidade de Konstanz, Alemanha, sobre o desenvolvimento da competência moral como um dos elementos primordiais para o fortalecimento de uma educação democrática. Pretendemos por meio da apresentação e compreensão dessas reflexões, promover uma aproximação entre o pensamento desses autores, <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p127-146>

a fim de vislumbrar um caminho de possibilidades que nos permita encontrar uma saída do labirinto no qual tem se enfraquecido a noção de sujeito democrático. Por meio do pensamento de Adorno é possível compreender que a sociedade moderna, ao mesmo tempo em que estimula o senso de independência, de competição e de autopreservação, nega aos indivíduos as possibilidades materiais para a realização efetiva de tais ideais, o que tem enfraquecido a capacidade dos indivíduos de resolver problemas e conflitos adquiridos socialmente além de estimular o desenvolvimento dos aspectos de uma personalidade regressiva e autoritária. Georg Lind, reflete sobre o desenvolvimento da autodeterminação dos indivíduos baseando-se em princípios morais, a partir daquilo que nomeou como competência moral. Para o autor, o desenvolvimento dessa competência pelos indivíduos poderia realizar-se por meio da deliberação e da discussão racional, o que possibilitaria, segundo Lind, que “os indivíduos não se deixassem levar pela violência ou engano, ou pior, que se deixassem persuadir pela autoridade” (LIND, 2016, p. 17). Concomitantemente, tais reflexões visam afirmar que a formação de sujeitos democráticos envolve necessariamente a reflexão acerca da sociedade atual e dos meios pelos quais poderíamos desenvolver nossas competências morais. Ao traçar esse caminho de reflexão, propomos demonstrar como as reflexões trazidas por esses autores nos permitem caminhar rumo à desestabilização das crenças reconfortantes do nosso cotidiano, que nos fazem aceitar acriticamente todos os juízos e autoridades.

A Repetição da Barbárie na Moderna Sociedade

Theodor Wiesengrund Adorno nasceu no ano de 1903, em Frankfurt, em um ambiente em que pode ter uma real experiência com a

música, de tal modo que essa experiência permeia as análises culturais que viria a desenvolver posteriormente, na medida em que o próprio autor muitas vezes se identificava como músico. A princípio, sua formação acadêmica foi em filosofia, área em que mais tarde receberia o título de doutor, precisamente no ano 1923. No entanto, o interesse de Adorno pela análise social foi despertado devido a grandes questões políticas e sociais que se projetavam no contexto alemão e internacional da época, entre eles a ascensão do irracionalismo teórico, a transformação da cultura em produtos comercializáveis e a propagação do antissemitismo. Adorno empreendeu ao longo de sua vida uma parceria de grande impacto pessoal e teórico com Max Horkheimer, ambos vinculados ao Instituto de Pesquisa Social, dirigido por Horkheimer entre os anos de 1931 a 1934 em Frankfurt (Alemanha), e, mais tarde, no exílio norte-americano durante a Alemanha nazista. Do amigo e do Instituto ao qual se vinculava, Adorno recebeu os incentivos para se dedicar à análise social para a qual o seu tempo histórico o desafiava, desenvolvendo estudos vinculados principalmente à análise cultural e social.

Não se compreende os seus estudos culturais e suas reflexões sem ressaltar aquilo que Adorno nunca deixou de exprimir em suas obras, o fato de ser contemporâneo de Auschwitz. Nos diversos estudos realizados em que a temática do fascismo aparece, fica clara a constatação a que chegou Adorno, ao evidenciar a possibilidade objetiva de repetição do que chamou de barbárie moderna, comprovando tais hipóteses principalmente em seus estudos realizados nos Estados Unidos sobre a personalidade autoritária, em que discutia a vulnerabilidade da sociedade norte-americana ao antissemitismo. A ascensão do irracionalismo nazista, bem como, do stalinismo soviético, são fatos que podem ser apontados como os principais panos de fundo histórico para as reflexões que Adorno desenvolve sobre o fascismo. Nestes estudos, podemos destacar a

importância da apropriação viva que Adorno realiza de categorias oriundas da psicanálise, em que buscou compreender as bases subjetivas e materiais para a reprodução das relações sociais vigentes; em que são incorporadas a fraqueza do ego, associada ao investimento que o próprio processo ideológico exige daqueles que nele estão envolvidos (COHN, 1986, p. 18).

Nos textos políticos de Adorno, escritos principalmente entre os anos de 1940-1950, podemos encontrar algumas reflexões do pensador sobre a democracia e as principais ameaças à qual esse modo de organização social estaria submetida na era do capitalismo tardio. A obra “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”, publicada no ano de 1951, é escrita pelo pensador por meio da observação da sociedade norte-americana, em que pode vislumbrar alguns elementos que estariam presentes naquela sociedade que contrariavam os sustentáculos de sua dita ‘democracia’. Nesse contexto, Adorno observava os panfletos e discursos de agitadores fascistas que se propagavam naquela sociedade durante tal período, nomeados como “incitadores de turba”. O que pretendiam esses agitadores, segundo Adorno, era precisamente transformar o maior número de pessoas em ‘turba’, inclinadas à ação violenta.

Esses estudos nos permitem desenvolver um olhar atento sobre o caráter adaptável do fascismo e dos movimentos autoritários, cujos elementos universais ultrapassam manifestações particulares. O fascismo não deve ser compreendido apenas do ponto de vista da agitação política, relacionado à violência governamental ou ação antipopular. Para Adorno, um dos fatores centrais envolvidos no fenômeno diz respeito às demandas narcísicas que a idealização do líder por parte de seus seguidores promete realizar. A esse respeito, Adorno explicita a questão fundamental proposta por Freud, cuja resposta é de importância crucial para uma compreensão adequadamente crítica do problema: “por que homens modernos reverterem

a padrões de comportamento que contradiz flagrantemente seu próprio nível racional e a presente fase da civilização tecnológica esclarecida?” (ADORNO, 2015, p. 159). Em outras palavras, trata-se de entender como é possível que “indivíduos, filhos de uma sociedade liberal, competitiva e individualista, condicionados a se manter como unidades independentes e auto sustentáveis” tenham sua individualidade diluída, aceitando fazer parte de um aglomerado homogêneo de membros de multidões fascistas? (ADORNO, 2015, p.158-159). Para Adorno, a elucidação dessa contradição entre o grau de maturidade racional e as tendências à regressão coletiva requer considerar o teor de gratificação emocional proporcionada pela adesão a esse tipo de coletivo. Os impulsos narcisistas, impossibilitados de realização, encontram uma satisfação substitutiva por meio da idealização da figura do líder, que sob esse aspecto personifica uma espécie onipotente de “pai primitivo da horda”. Pela idealização, “o sujeito ama a si mesmo”, livrando-se “das manchas de frustração e descontentamento que estragam a imagem que tem de seu próprio eu empírico” (ADORNO, 2015, p.169).

A gratificação emocional proporcionada pela idealização do líder fascista, em sua qualidade de satisfazer fortes impulsos narcisistas gerados socialmente, porém jamais satisfeitos, é corroborada e intensificada pela possibilidade adicional de satisfação de um prazer de natureza sadomasoquista peculiar que consiste em respeitar as elites poderosas e ao mesmo tempo hostilizar as minorias fracas e desamparadas. Adorno enfatiza a pertinência e a produtividade da abordagem de Freud, que foi capaz de intuir conceitualmente o surgimento do fenômeno do fascismo duas décadas antes de sua nefasta concretização histórica. A dicotomia entre o amado *in-group* e o odiado *out-group*, sugerida nas reflexões sobre a natureza projetiva envolvida na aversão ao *unheimlich*, e nas idiosincrasias próprias ao “narcisismo das pequenas diferenças” foram

suficientes para que Freud tenha dedicado nas esperanças emancipadoras depositadas pela cultura burguesa no progresso da razão nada menos do que um amargo ceticismo.

A esse respeito, Adorno sintetiza certa versão freudiana de uma dialética do esclarecimento: “já em 1921 ele foi, por isso, capaz de se livrar da ilusão liberal de que o progresso da civilização provocaria automaticamente um aumento da tolerância e uma diminuição da violência contra os *out-groups*” (ADORNO, 2015, p. 174). A oposição rígida e maniqueísta entre grupos não somente permite ao agente do preconceito e da hostilidade fascista ganhos narcisistas originados da compensação imaginária de suas frustrações reais, que o fazem sentir-se superior, melhor e mais puro do que os excluídos, como também representa um obstáculo dificilmente transponível contra questionamentos de natureza crítica a suas ideias e valores preconcebidos: “qualquer tipo de crítica ou autoconsciência é ressentida como uma perda narcisista e provoca fúria” (ADORNO, 2015, p. 177). A síndrome fascista, detalhadamente analisada em “A personalidade autoritária” por Adorno, revela assim uma de suas características mais salientes: a hostilidade aberta a reflexões intelectuais e comportamentos introspectivos. A mobilização dos processos emocionais, inconscientes e regressivos por parte do líder fascista, e sua eficiência no sentido de proporcionar satisfações de natureza narcisista, compensadoras das frustrações reais experimentadas por seus seguidores envolve, segundo Adorno, uma completa inversão dos procedimentos e objetivos propriamente educativos da teoria freudiana. Esta justificou-se nos termos de sua adesão explícita nos moldes do iluminismo filosófico como “emancipação do homem do domínio heterônomo do inconsciente”, horizonte sintetizado por Freud em sua máxima “o que é Id deveria se tornar Eu” (ADORNO, 2015, p. 177). O fascismo, por outro lado, persegue objetivos diametralmente opostos,

buscando perpetuar um estado de dependência do eu racional em relação a seus processos inconscientes. Sob esse aspecto, é pertinente apontar o caráter radicalmente anti educativo da liderança fascista, em seu empenho sistemático de neutralização dos potenciais emancipadores latentes na sociedade burguesa, uma vez que o conjunto do fenômeno apresenta a tendência de perpetuar o controle social, “em lugar de tornar os sujeitos conscientes de seus inconscientes” (ADORNO, 2015, p. 178). Adorno refere-se ao empobrecimento psicológico do sujeito, como característica das mais relevantes e lamentáveis ocasionadas pela disseminação do fascismo na sociedade burguesa, não somente pelo estado geral de heteronomia sistematicamente induzido pela retórica monótona e repetitiva do líder fascista, como também pelas tendências prévias de neutralização da autorreflexão que são intrínsecas ao processo como um todo. Resumindo, o clima cultural geral de diluição da própria substância psicológica do indivíduo burguês, a qual um dia justificou o otimismo kantiano nos potenciais de maioria intelectual, próprios a uma era iluminista, Adorno caracteriza os homens-massa como “desindividualizados átomos sociais pós-psicológicos que formam as coletividades fascistas” (ADORNO, 2015, p. 178).

Estamos convencidos de que o fascismo se fundamenta em predisposições psicossociais que estão presentes na própria formação dos indivíduos, estimuladas por contradições sociais que não são refletidas e discutidas. A esse respeito, Adorno não deixa de analisar a potencialidade de algumas ideias e conflitos serem altamente exploradas pela liderança fascista, quando desenvolvem a sua propaganda. A propaganda fascista é uma manifestação de um elemento da cultura de massas, por meio do qual a liderança fascista promove a racionalização de concepções e discursos preconceituosos e conservadores, que rapidamente podem ser repercutidas e ampliadas pelos mecanismos da Indústria Cultural, fenômeno que se

configurou hoje como um prato-cheio para que a mensagem da qual o líder fascista é porta-voz possa ser divulgada.

Quando Adorno analisa os incitadores de turba americana que se baseavam em panfletagens para mobilizar o maior número de pessoas, ele pretende nos fazer refletir sobre a liderança fascista a fim de desvendar aspectos importantes que são característicos destas personalidades, que ganham destaque importante em determinados grupos sociais, como os agitadores fascistas americanos da década de 1940. Infelizmente, a agitação fascista não é algo que remete ao passado, pois atualmente, muitos são os momentos em que essas personalidades ganham força. Adorno aponta uma característica fundamental presente nas lideranças fascistas: o fato de se pautarem em condições objetivas presentes na moderna sociedade de massas para apelar para as necessidades mais imediatas e subjetivas dos indivíduos, quando se dirige a eles em seus discursos e se apresenta como aquele que os compreendem e com quem compactuam dos mesmos anseios. Essa característica foi observada por Adorno tanto na sociedade alemã, quanto durante os anos em que esteve no exílio nos Estados Unidos, o que demonstra que mesmo em uma sociedade democrática muitas são as possibilidades de manifestação do fascismo.

Durante a análise de Adorno sobre os líderes fascistas americanos dos anos 40, descobriu-se que a maioria das lideranças fascistas se qualificaram como pastores evangélicos que revestiam sua agressividade através da religião, como é o caso de Martin Luther Thomas, cuja técnica psicológica era baseada em sua tendência evangélica e fundamentalista. O conceito de líder surgiu na sociedade moderna como aquele que guiaria as massas através da argumentação racional para a vida civilizada, no entanto, essa concepção se perdeu diante dos conflitos objetivamente existentes, o que compromete drasticamente o seu sentido iluminista. A burguesia – da

qual surgiram os principais líderes que guiaram esse processo – logo precisou frear as forças progressivas diante da ameaça que estas significavam a sua dominação econômica, com isso muitas lideranças passaram a utilizar as massas como ferramentas para a própria manutenção do status quo

A liderança tornou-se em si mesma cada vez mais rígida e autônoma, perdendo, na grande maioria das vezes, contato com as pessoas. Concomitantemente, o impacto da liderança sobre as massas deixou de ser de todo racional, passando a revelar claramente alguns dos traços autoritários, que sempre estão latentes onde o poder é controlado por uns poucos (ADORNO, 1986, p. 01).

Os movimentos fascistas também são frutos de mudanças que ocorreram mais precisamente nos fins para os quais as lideranças hoje destinam as massas, que estão de acordo com seus próprios interesses pessoais, objetivos e psicológicos. Afetam profundamente as massas que através da desilusão com a qual precisam encarar a frieza do mundo, se veem diante de uma situação em que mesmo inseridas em processos políticos democráticos não conseguem acreditar na autenticidade e efetividade dessa promessa burguesa. Concomitantemente, “são tentadas a entregar a substância da autodeterminação democrática e arriscar sua sorte com aqueles que eles ao menos consideram poderosos: seus líderes” (ADORNO, 1986, p. 01). As lideranças fascistas tendem, nesse sentido, a basearem seus argumentos em conflitos sociais e, com isso, a um passo transformam as diferenças em uma ameaça, o que é um caminho fértil para que o fascismo se manifeste.

A Democratização a partir do Desenvolvimento Moral

Durante um longo período, muitos pensadores se dedicaram à compreensão do fascismo, principalmente após a sua dura concretização histórica¹. As sociedades modernas ocidentais, em suas inúmeras particularidades, carregam em seu bojo uma história marcada pela dominação, pela colonização e violência. Com esse histórico, não é difícil compreender o porquê de ideias antissemitistas, agitadores fascistas e manifestações preconceituosas serem encontradas por toda parte. Após anos que separam o momento em que Adorno se debruçava sobre estas questões e o período atual, poderíamos supor que estes conflitos e tendências a personalidades fascistas já tenham sido superadas, porém, em muitos países elas continuam encontrando adeptos, demonstrando que o poder educativo da teoria crítica é necessário.

Tendo em vista as tendências regressivas que atuam nas sociedades ocidentais, Georg Lind têm realizado recentemente um importante trabalho a fim de tornar os indivíduos mais conscientes de seus processos inconscientes, que visa inicialmente se opor àquilo que é fomentado nos muitos espaços em que frequentamos: a falta de diálogo e de reflexão crítica. Analisarmos, a partir daqui, como as reflexões trazidas pelo autor e o “Método de Discussão de Dilemas” por ele apresentado, podem ser trazidos para a construção de reflexões de caráter educativas, que possam contribuir para uma formação humana capaz de frear os discursos autoritários.

Mesmo nos espaços escolares e de transmissão do conhecimento, ainda é comum que certos assuntos sejam considerados indiscutíveis, pois

¹ Me refiro principalmente ao período nazi-fascista na Alemanha e ao fascismo italiano.

a ideia de ‘proibição’ não é algo incomum em nossa sociedade. No entanto, a construção de tabus em torno daquilo que deve ou não ser socialmente discutido, é fortalecido no processo em que a sociedade atua contribuindo para a formação de uma personalidade que não tolera e aceita a diferença. Para o autor, falar e ouvir são elementos primordiais para que os indivíduos sejam capazes de viverem juntos em uma sociedade livre” (LIND, 2016, p. 02), mas, não devemos perder de vista o fato de que estamos diante de uma sociedade cujos conflitos estão presentes na estrutura e dinâmica da sociedade, e, para serem resolvidos, necessitam de mudanças e rupturas profundas, que atuem no âmbito econômico e político. No entanto, isso não retira da educação o comprometimento com a transformação social e com a promoção de espaços de discussão e reflexão, em que conceitos como autonomia, autodeterminação e democracia possam ser desenvolvidos e valorizados. A personalidade rígida, que não permite refletir sobre si mesma e sobre a vida em conjunto com os outros, é aquela que, diante de conflitos, só é capaz de optar por alternativas violentas que correspondem a um processo de submissão à autoridade, diante dos conflitos e contradições que estão presentes nesta sociedade. O autor considera a manifestação desse fenômeno como uma das principais ameaças à democracia, o qual é combatido somente através da reflexão crítica. Nesse sentido, torna-se importante compreender que uma educação democrática deve estar comprometida com a promoção de espaços em que a fala e a reflexão sejam impulsionadas, mesmo quando os indivíduos estão inseridos em contextos em que foram viabilizados a rejeição da palavra.

A competência moral pode ser entendida como uma capacidade, que envolve ser capaz de “resolver problemas e conflitos através da deliberação e discussão com base em princípios morais” (LIND, 2016, p. 01), portanto, para compreender o que seria a competência moral, vamos

primeiro analisar o que o autor compreende como moralidade. Para o autor, a moralidade teria sido historicamente desenvolvida por meio de duas concepções irreconciliáveis: a primeira parte do princípio de que a moralidade seria a conformidade com regras e padrões morais externos, ou seja, socialmente adquiridos e mediados. A outra, ao contrário, compreende a moralidade como a conformidade com as regras e padrões internos, ou seja, com algo que está presente internamente nos sujeitos. A relação entre essas duas concepções fundamenta os ideais morais de cada sociedade, pois reflete princípios morais internos e externos, sendo a sobreposição entre esses elementos essenciais para a democracia. Nessa perspectiva, a democracia pode ser analisada como uma relação de equilíbrio entre elementos internos e externos dos indivíduos, nos quais estão contidos a noção de moralidade, pois uma democracia ideal é possível quando “os ideais morais partilhados por todas as pessoas e as leis da sociedade sejam quase idênticas” (LIND, 2016, p. 35). Uma democracia plenamente desenvolvida possibilita, na perspectiva do pensador, que as normas e padrões socialmente projetados na sociedade, se aproximem internamente da constituição formativa e objetiva dos indivíduos, o que corresponde a uma diminuição da tensão e da distância entre a moral socialmente adquirida e a moral internamente constituída pelos indivíduos e assim, passível de mudanças.

No entanto, a moralidade não deve ser confundida com a obediência cega aos padrões, leis e ordenamentos sociais, muito menos com a necessidade de que todos os indivíduos sigam de modo eficaz as autoridades e aquilo anteriormente prescrito. Ao contrário, envolve a capacidade de deliberação racional à qual tornaria todo indivíduo capaz de desenvolver seus próprios princípios morais, pois o cumprimento cego às normas externas, sem a capacidade de refletir criticamente sobre elas, é o que levaria os indivíduos e toda a sociedade pelo caminho contrário à

justiça e à democracia. Isso já foi observado em diversos momentos da história e sua continuidade nada acrescenta de modo educativo ao presente, pois a moralidade não significa simplesmente seguir padrões externos e sim, desenvolver internamente elementos que poderiam guiar os indivíduos na vida em sociedade, pois a forma como as normas e os padrões externos, estabelecidos socialmente, serão compreendidos e interpretados perpassa, fundamentalmente, um ponto de vista interno. A moralidade seria aquilo que orienta o comportamento moral dos indivíduos, potencialmente presente em todos eles, no entanto, a forma como essa moralidade será definida e caracterizada, sofre a mediação objetiva da própria sociedade na qual cada indivíduo foi e é socializado.

Lind parte das reflexões trazidas por Jean Piaget (1896-1980) e Kohlberg (1927-1987), para afirmar que a moralidade, enquanto competência socialmente apreendida, está articulada aos elementos presentes nos indivíduos, ao qual a sociedade atribui sentidos e significados, pois todos os indivíduos tomam decisões e fazem julgamentos morais, no entanto, é pela mediação social que seu comportamento será moralmente definido. Assim, mesmo a forma como os seres humanos irão agir e constituir a sua moralidade, vincula-se às estruturas e conflitos presentes em cada sociedade. A universalização de princípios morais possibilitaria a todos os indivíduos desenvolverem a sua moralidade de maneira plena, o que corresponde, para o autor, a um avanço dos processos de liberdade no interior da sociedade. A construção de horizontes de autonomia através da deliberação e da discussão, permite aos seres humanos enxergar outras possibilidades para a resolução de questões políticas, econômicas e sociais, enquanto a sociedade não oferecer oportunidades para que isso se concretize, as pessoas continuarão a chamar por “um poder forte que resolva seus problemas e conflitos, o que equivale

à abolição do autogoverno democrático em favor de uma ditadura” (LIND, 2016, p. 40).

A relação entre os elementos presentes na sociedade e a constituição da moralidade nos indivíduos, nos permite compreender o alcance da liderança fascista, que possivelmente poderá conduzir os indivíduos pelas vias do autoritarismo e do fascismo. A esse respeito, é preciso compreender que o comportamento autoritário dos indivíduos se vincula essencialmente aos condicionantes sociais presentes na sociedade, pois associam-se à estrutura autoritária que se transfigura da sociedade para a própria natureza psicológica dos indivíduos. No entanto, não podemos perder de vista o fato de que os sujeitos realizam uma escolha racional quando se deixam levar pelo discurso do líder fascista, que os oferecem gratificação emocional momentânea diante das frustrações que a sociedade moderna capitalista oferece. Quando a sociedade não permite aos sujeitos condições de resolver problemas e conflitos através do debate e discussão, as pessoas tendem cada vez mais a abrir mão da autodeterminação e relegar para outros o poder de deliberar sobre si próprias, o que ocorre quando a elas não estão sendo ofertadas as possibilidades de aprender a resolver problemas sociais e morais.

A ausência dessas capacidades, nos permitem compreender o porquê as pessoas são facilmente influenciadas pela retórica fascista, em que a falta de reflexão crítica acaba por tornar os sujeitos reféns de um processo de heteronomia que tem como fim último a manifestação da violência e da agressividade antes reprimida. Hoje sabemos que por meio da propaganda correta, figuras como Hitler foram transformadas em grandes homens, pois as pessoas acreditam que serão livradas de todas as manchas de frustração e descontentamento com as quais precisam lidar, além de obterem uma solução para conflitos sociais que há muito recaem

sobre elas. Essa falta de domínio sobre o desenvolvimento moral, nos permite vislumbrar até mesmo uma certa compreensão a respeito do comportamento moral de muitos alemães diante das atrocidades cometidas pelo movimento nazista. No entanto, esse estudo deve prioritariamente demonstrar que em termos morais, ainda permanecemos em um estado de falta de domínio dos processos de constituição da nossa moralidade, pois a sociedade, embora tenha se desenvolvido orientada por uma concepção de progresso que visou desenvolver os mais diversos ramos da ciência, nela ainda sobrevivem resquícios de irracionalidade e conflitos, que não apenas nos moldam como indivíduos, mas hoje atuam anulando os campos formativos por meios dos quais o desenvolvimento moral poderia ser obtido, como alternativa contrária a isso, devemos compreender que “a força do desenvolvimento moral só pode residir nos próprios cidadãos” (LIND, 2016, p. 44).

Embora vislumbre a força do social que age sobre os indivíduos, Lind recusa a aceitação passiva de que o indivíduo não teria força alguma para combater a total socialização. Isso significa que a sociedade não poderia mudar ou ganhar novas características se os indivíduos não agissem como a força propulsora para essas mudanças, através da compreensão social e das estruturas pela qual o todo social é fundamentado. Caberia, a todos os indivíduos interessados no fortalecimento da democracia, depositar esperanças nada reconfortantes na educação, compreendida a partir de uma perspectiva essencialmente democrática, na qual devem ser promovidos momentos e espaços necessários para a aplicação e para a prática da crítica social mediada pelo desenvolvimento da competência moral.

A partir do momento que reconhecemos que a moralidade é uma capacidade, nós, como professores e pais, já não temos de escolher entre uma total abstinência da educação moral, por um lado, e uma doutrinação de valores, por outro, como foi durante muito tempo o caso. Ao contrário, vemos diante de nós a tarefa - legítima e moralmente imperativa - de promover essa capacidade (LIND, 2016, p. 45).

Tendo em vista essas reflexões, salientamos que uma educação democrática caminha em conjunto com a democratização da própria sociedade, embora existam momentos em que uma possa se sobrepor a outra. Fomentar a democratização social por meio da educação, parte do vínculo necessário entre a educação e as demais esferas da vida social, embora a primeira não possa se limitar à última. Uma educação moral pode permitir que os processos formativos não se percam em meio ao caminho, pois como vimos, tanto a moral do ponto de vista do indivíduo, quanto a moral socialmente construída, estão vinculadas por meio de um processo em que um não pode receber significação democrática sem o outro. Ora, somente o indivíduo poderá dotar a sociedade de elementos morais, a sociedade, por si só, não é um organismo sobreposto aos indivíduos, ao contrário, existe e se constitui por meio deles. O método de discussão de dilemas, seria a maneira encontrada por Kohlberg e aperfeiçoada por Lind, de promover o desenvolvimento moral através da educação, para que assim, seja possível a formação de indivíduos morais e democráticos.

Como vimos, a preocupação com o desenvolvimento de indivíduos dotados de competências morais, é um elemento primordial para o fortalecimento da sociedade democrática e para a promoção do processo de democratização nos próprios indivíduos. O vínculo entre

democracia e moralidade, poderia tornar a convivência humana justa, respeitosa, cooperativa e baseada em princípios de liberdade, que podem ser facilmente universalizáveis. Esses princípios poderiam até mesmo reorientar os sentidos por meios dos quais a democracia tem sido buscada, permitindo que ela deixasse de ser compreendida como um direito natural, para que então, seja analisada como um direito historicamente conquistado. Como educadores, devemos ter em vista o fato de que, em uma democracia, é preciso reafirmar e valorizar todos os dias a sua potencialidade, sob os riscos de torná-la inoperante. Para isso, cada indivíduo deve ser reconhecido pela sua capacidade de atuar ativamente sobre o mundo, o que exige por parte de cada educador a responsabilidade coletiva para se comprometer com a oferta de possibilidades formativas para o desenvolvimento de autonomia e da emancipação, para que os indivíduos compreendam que não precisam se deixarem levar por diferentes formas de violência e dominação.

Considerações Finais

A possibilidade do desenvolvimento moral, permite que os seres humanos tenham a capacidade de resolver seus problemas e conflitos, sem que para isso, seja necessário o uso da força e da violência. Em muitos momentos da história, como nas Grandes Guerras pelas quais a humanidade passou, cujas causas não podemos ingenuamente acreditar terem sido superadas, foi demonstrado que o grau de civilidade alcançado pela humanidade é facilmente adulterado. Na verdade, o próprio princípio de civilidade carrega consigo as marcas da não aceitação e da violência contra o outro. Poderíamos rememorar aqui os diversos momentos em que a razão burguesa se mostrou insuficiente para compreender as contradições

que estão em curso na história, para Adorno, na sociedade moderna capitalista seria impossível falar em formação humana, pois o capitalismo se apropriou de todos os meios culturais pelos quais um dia podemos vislumbrar essa formação. Os mecanismos culturais dessa sociedade, não apenas definem padrões de cultura, mas operam sobre os indivíduos desde o seu íntimo, definindo de antemão seus padrões de personalidade e consumo. O processo no qual se enfraquece a individuação dos seres humanos, que estão integrados a um mundo cada vez mais tecnológico e produtivo, é o mesmo no qual se anula todos os mecanismos de formação que a isso permitem.

Lind propõe a competência moral como uma ferramenta para a formação de sujeitos autônomos, por isso, não podemos perder de vista a contemporaneidade e a validade de seus escritos. Trata-se de um método que, ao visar tal objetivo, resgata a simplicidade da discussão e da deliberação como processos essenciais do conhecimento, que permitiu aos homens se constituírem de diferentes maneiras. No entanto, o enfraquecimento da personalidade curiosa, que discute, critica e reflete sobre o seu lugar no mundo, é reflexo de um mundo no qual a democracia precisa ser frequentemente sabotada; muitos são os que odeiam a democracia, afinal, ela trouxe a voz daqueles que durante séculos foram silenciados, os fez refletir sobre seu lugar no mundo e sobre as amarras que os ordenamentos e controles sociais oferecem. Sem a possibilidade de discussão, as pessoas permanecem aceitando determinados papéis sociais, embora não possamos afirmar que, nos dias de hoje, elas poderiam deixar de se submeterem totalmente ao poder de um sistema econômico que se constitui pelas vias do autoritarismo e do controle sobre a vida.

Esse tipo de usurpação continua latente, e é nesse sentido que a competência moral está estreitamente relacionada à democratização e à

luta contra o fascismo. A personalidade autoritária é aquela que se nega à discussão e a deliberação, que não aceita as possibilidades contrárias, mas prefere seguir o padrão do poder e da autoridade de olhos vendados. A ruptura com as contradições sociais que levam hoje às sociedades ocidentais rumo ao fascismo, envolve, sem dúvidas, o fortalecimento de uma educação democrática para a autodeterminação e para a deliberação racional. Isso perpassa o resgate de uma educação que seja capaz de atuar e interferir no presente, que fomente o debate sobre a sociedade e a democracia, pois a luta pela autonomia se faz na continuidade, onde quer que o capitalismo tenha se instaurado. Para isso, salientamos a validade de uma pedagogia do esclarecimento, ela representa a autoconsciência crítica a qual todo indivíduo autoritário não se dispõe a refletir e aceitar.

Referências

ADORNO, T. W. **A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas** [1975]. Tradução de Francisco Rüdiger.

Disponível em: <http://http://adorno.planetaclix.pt/adorno>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ADORNO, T. W. **A personalidade autoritária** [1950]. Tradução de Francisco Rüdiger. Disponível em:

<http://http://adorno.planetaclix.pt/adorno/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ADORNO, T. W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ADORNO, T. W. Experiências científicas nos Estados Unidos. *In*: **Palavras e Sinais**: Modelos Críticos 2. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

ADORNO, T. W. **Liderança democrática e manipulação das massas** [1986]. Tradução de Francisco Rüdiger. Disponível em: <http://http://adorno.planetaclix.pt>. Acesso em: 13 nov. de 2020.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

COHN, G. Introdução: Adorno e a teoria crítica da sociedade. *In*: Theodor W. Adorno. Organizado por Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Átila, 1986.

LIND, Georg. **How to teach morality, Promoting Deliberation and Discussion, Reducing Violence and Deceit**. Editora Logos Verlag, Berlin: 2016.